

## **PARECER N.º                   , DE 2001**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2000, que *exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica, o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas.*

RELATOR: Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA**

### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2000, de autoria do ilustre Senador Henrique Loyola.

Determina a proposição que as normas sobre preservação e uso dos recursos naturais referentes à Mata Atlântica a serem editadas segundo o § 4º do art. 225 da Constituição Federal não se aplicarão à área urbana dos municípios, definida por leis municipais anteriormente à data da promulgação da atual carta magna.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

### **II – ANÁLISE**

A Constituição Federal estabelece no art. 225, § 4º, que “a Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Todavia, ainda não foi editada lei específica disciplinando o uso dos recursos naturais relativos à Mata Atlântica, um dos ecossistemas de maior biodiversidade do planeta e hoje drasticamente reduzida a 8% da sua área original.

O PLS em exame intenciona liberar os perímetros urbanos dos municípios situados em área de Mata Atlântica da aplicação das normas a serem editadas de conformidade com o princípio constitucional acima enunciado. Vejamos o que reza o art. 1º do referido projeto, *verbis*:

*Art. 1º As normas sobre preservação e uso dos recursos concernentes à Mata Atlântica, que devam ser editadas segundo o art. 225, § 4º da Constituição, não se aplicarão aos enclaves formados pelos perímetros urbanos dos municípios contidos nessa área (...).*

Não obstante a preocupação revelada pelo autor da proposta quanto à necessidade de aliar a preservação e a conservação da Mata Atlântica com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios inseridos nesse bioma, entendemos que a proposição oferecida apresenta óbice de natureza jurídica e também ambiental.

Tal obstáculo decorre do fato de a matéria tratada pelo PLS nº 272/2000 carecer de objeto, dado não ter sido regulamentado o dispositivo constitucional pertinente. Ou seja, a norma pretendida contém recomendação futura, sem nenhum efeito prático.

Estaríamos, nessas circunstâncias, editando uma norma inócua, visto que lei ordinária não vincula o legislador futuro. De fato, ainda que transformado em norma legal, o PLS em análise não poderá impedir ou limitar o processo legislativo destinado a regular o § 4º do art. 225 da Carta Maior, capaz, inclusive, de determinar a revogação do preceito legal objeto da proposição.

Além do mais, no tocante à questão de mérito, o uso e a conservação dos recursos naturais de enclaves urbanos já estão disciplinados, desde 1965, pela Lei nº 4.771 (Código Florestal). A norma preceitua que nos perímetros urbanos, definidos por lei municipal, observar-se-á o disposto nos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites impostos pelo próprio Código.

Por outro lado, a liberação pura e simples das áreas municipais, como quer o projeto, atenta contra o interesse maior que é o da preservação do meio ambiente, especialmente quanto à mata atlântica, já reduzida drasticamente e que constitui um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade que se conhece.

### **III – VOTO**

Tendo em vista que a matéria não preenche os requisitos de juridicidade e da preservação ambiental, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2000.

Sala da Comissão, 08 DE AGOSTO DE 2001.

SENADOR ROMEU TUMA, Presidente

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA, Relator